

Amaury Silva

Ações Eleitorais

Teoria e Prática

5^a | revista
EDIÇÃO | atualizada
ampliada

2024



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

Contato: www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento

Copyright: Edições Juspodivm

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

S586a Silva, Amaury

Ações Eleitorais: Teoria e Prática / Amaury Silva – 5.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

496 p.

ISBN: 978-85-442-5179-9

1. Direito Eleitoral. 2. Direito de Ação. 3. Propaganda Eleitoral. I. Silva, Amaury. II. Título.

CDD 341.28

Bibliotecária responsável:

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições Juspodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições Juspodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

1. DIREITO ELEITORAL	33
2. PROCESSO ELEITORAL	41
2.1 Processo eleitoral e aplicação subsidiária do processo civil – CPC – Lei 13.105/2015	42
3. PROCESSO: CONCEITO E FINALIDADE	47
3.1 Processo eleitoral e seu caráter público	47
3.2 Processo coletivo	48
4. DIREITO DE AÇÃO	57
5. AÇÕES ELEITORAIS	61
5.1 Processo e procedimento	61
5.2 Modalidades de ações eleitorais	62
6. REGISTRO DE CANDIDATURA	65
6.1 Propostas defendidas pelo candidato	69
6.2 Homonímia não resolvida entre candidatos	71
6.3 Petição. Encaminhamento de prova de ser o candidato conhecido por determinada opção nominal	73
6.3.1 Prazo de domicílio eleitoral na circunscrição das eleições. Prazo de filiação partidária	74
6.3.1.1 Da Federação Partidária	74
6.3.2 Idade mínima para Vereador	76
6.3.3 Dispensa de documentação	77

6.3.4	Proibição de terceiro mandato para Prefeito em Município diverso. “Prefeito itinerante” ou “Prefeito profissional”.....	77
6.3.5	Inelegibilidade reflexa	78
6.3.5.1	Parentesco de Vereador Suplente com Prefeito	78
6.3.5.2.	Candidato que é sogro do Prefeito anterior	79
6.3.5.3	Candidato que não tomou posse	79
6.3.5.4	Inelegibilidade por configuração de terceiro mandato e breve período de substituição	80
6.4	Modelos	80
6.4.1	Petição. Acordo entre candidatos quanto à utilização do nome	80
6.4.2	Petição. Preferência. Registro anterior	81
6.5	Substituição de candidato	82
6.6	Candidato “sub judice”	84

7.	AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO AO REGISTRO DE CANDIDATURA (AIRC)	97
7.1	Legitimidade ativa	97
7.2	Capacidade postulatória	97
7.2.1	Litisconsórcio	100
7.2.1.1	A esfera e o acervo de direitos	101
7.2.2	Legitimidade do cidadão	101
7.3	Legitimidade passiva	102
7.4	Procedimento	102
7.5	Petição inicial e fundamentos de fato e de direito	103
7.6	Prazos e comunicação dos atos processuais	104
7.7	Defesa	104
7.8	Instrução e diligências	105
7.9	Alegações finais e decisão	112
7.10	Modelos	116
7.10.1	Petição. Impugnação de registro de candidatura. Inelegibilidade. Art. 1º, I, “a” (segundo caso – analfabetismo), Lei Complementar 64/90	116
7.10.2	Contestação em impugnação ao registro de candidatura	118
7.10.3	Petição. Impugnação de registro de candidatura. Inelegibilidade. Art. 1º, I, “e”, 1 (condenação criminal por órgão	

colegiado), Lei Complementar 64/90, alterada pela Lei Complementar 135/2010 (Lei da Ficha Limpa)	121
7.10.4 Contestação. Impugnação de registro de candidatura ...	122
8. REPRESENTAÇÕES – PROPAGANDA ELEITORAL	127
8.1 Procedimento das representações por propaganda eleitoral ilícita	131
8.1.1 Poder de polícia e acordo sobre a propaganda eleitoral (termo de ajustamento de conduta e compromisso homologado pelo juiz eleitoral)	133
8.1.2 Responsabilidade de candidato e partido por sanção referente à propaganda eleitoral ilícita	135
8.1.3 Conexão de ações eleitorais	136
8.1.4 Propaganda intrapartidária e atos de pré-campanha	139
8.1.5 Propaganda eleitoral na internet. Fakes News	143
8.1.6 Desinformação na propaganda eleitoral	148
8.1.7 Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (CIEDDE) da Justiça Eleitoral ..	158
8.2 Modelos	159
8.2.1 Representação por propaganda extemporânea	159
8.2.2 Propaganda intempestiva. Defesa	161
8.2.3 Propaganda eleitoral em bem público. Representação ..	166
8.2.4 Propaganda eleitoral em bem particular de uso comum. Representação	167
8.2.5 Propaganda eleitoral em bens particulares. Locação de imóvel para sede. Defesa	169
8.2.6 Propaganda eleitoral. Mesas para distribuição de material de campanha e bandeiras ao longo das vias públicas. Falta de mobilidade	171
8.2.7 Propaganda eleitoral. Mesas para distribuição de material de propaganda e bandeiras. Apreensão. Defesa	174
8.2.8 Propaganda eleitoral. Representação para garantia da prioridade pelo aviso na realização de comício	176
8.2.9 Propaganda eleitoral. Outdoor. Representação	179
8.2.10 Propaganda eleitoral na imprensa. Divulgação na véspera das eleições. Medida cautelar de busca e apreensão. Representação	181
8.2.11 Propaganda eleitoral no rádio e na televisão	183

8.2.12	Propaganda eleitoral. Internet	185
8.2.13	Propaganda eleitoral. Direito de resposta	186
9.	CONDUTAS VEDADAS – REPRESENTAÇÕES	189
9.1	Condutas vedadas. Análise das proibições	189
9.2	Condutas vedadas. Procedimento	209
9.3	Condutas vedadas. Configuração e potencialidade de desequilíbrio do pleito eleitoral	209
9.4	Modelos	212
9.4.1	Condutas vedadas. Caso prático. Cessão de bem imóvel a partido para comitê	212
9.4.2	Condutas vedadas. Caso Prático. Comparecimento de candidato a inauguração de obra pública	215
9.4.3	Condutas vedadas. Caso prático. Defesa. Cessão de servidor	218
10.	REPRESENTAÇÕES – CAPTAÇÃO INDEVIDA DE SUFRÁGIO ..	223
10.1	Modelos	228
10.1.1	Representações. Captação indevida de sufrágio. Doação de material de construção. Inicial	228
10.1.2	Representações. Captação indevida de sufrágio. Promessa de emprego. Inicial	230
10.1.3	Representações. Captação indevida de sufrágio. Promessa de campanha. Defesa	232
11.	REPRESENTAÇÕES – CAPTAÇÃO OU GASTOS ELEITORAIS ILÍCITOS	241
11.1	Modelo	244
11.1.1	Representações – Captação ou gastos eleitorais ilícitos. Doação de entidades esportivas. Inicial	244
12.	INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL – ABUSO DO PODER ECONÔMICO, POLÍTICO, MEIOS DE COMUNICAÇÃO (AIJE)	247
12.1	AIJE. Procedimento	248
12.1.1	Potencialidade lesiva do ato e gravidade dos fatos	249
12.1.2	Compra de apoio político	250

12.1.3	Abuso de poder religioso	254
12.1.4	Prazo para ajuizamento da AIJE	260
12.1.5	Recursos	260
12.1.6	Efeitos do recurso	260
12.2	Modelos	261
12.2.1	Abuso de poder econômico. Contratação de cabos eleitorais. Inicial	261
12.2.2	Abuso de poder econômico. Intervenção de empresas com a utilização de recursos financeiros para favorecer candidato. Inicial	264
12.2.3	Abuso de poder econômico. Doação por terceiros de dinheiro e cestas básicas para entidade beneficente atender a famílias carentes. Defesa	266
12.2.4	Abuso de poder político. Vereador-Presidente da Câmara Municipal que condiciona a inclusão em pauta, de projeto de lei que interessa a determinada empresa, à doação de valores para sua campanha eleitoral. Inicial	270
12.2.5	Abuso de poder político. Entrelaçamento com abuso de poder econômico. Utilização indevida de servidores públicos. Inicial	272
12.2.6	Abuso de poder político. Propaganda de terceiros. Insuficiência de provas. Defesa	276
12.2.7	Abuso de poder religioso. Entrelaçamento com abuso de poder econômico	280
12.3	AIJE. Abuso dos meios de comunicação	282
12.4	Modelos	288
12.4.1	AIJE. Uso abusivo dos meios de comunicação social. Entrevistas. Inicial	288
12.4.2	AIJE. Uso abusivo dos meios de comunicação social. Apoio de jornais. Defesa	292
13.	AIME – AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO ..	299
13.1	Procedimento	300
13.2	Segredo de justiça	300
13.3	Legitimados	300
13.4	Litispendência e coisa julgada	301
13.5	Fraude à cota de gênero	303
13.6	Modelos	304

13.6.1	AIME. Abuso de poder econômico. Utilização de veículos para transporte de eleitores no dia das eleições em desacordo com a Lei 6.091/74. Inicial	304
13.6.2	AIME. Corrupção. Captação de sufrágio. Compra de votos. Inicial	309
13.6.3	AIME. Fraude. Defesa	312
13.6.4	AIME. Fraude à cota de gênero.	316
14.	RECURSO CONTRA A EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA	319
14.1	Inelegibilidade	320
14.2	Aplicação indevida do sistema de proporcionalidade eleitoral e erro quanto à definição do resultado	322
14.3	Diploma concedido ou negado com afronta à prova dos autos – art. 222, Código Eleitoral e art. 41-A, Lei 9.504/97. Prova pré-constituída	322
14.4	Modelos	325
14.4.1	Recurso contra a expedição de diploma. Petição. Inelegibilidade superveniente	325
14.4.2	Recurso contra a expedição de diploma. Contrarrazões. Inelegibilidade superveniente	328
15.	FIDELIDADE PARTIDÁRIA – DESFILIAÇÃO – PERDA DE MANDATO ELETIVO	331
15.1	Modelos	341
15.1.1	Declaratória de justa causa para desfiliação partidária. Inicial. Discriminação política pessoal	341
15.1.2	Declaratória de justa causa para desfiliação partidária. Contestação. Discriminação pessoal	344
15.1.3	Ação de perda do mandato eletivo por desfiliação partidária sem justa causa. Inicial	348
15.1.4	Ação de perda do mandato eletivo por desfiliação partidária sem justa causa. Contestação	350
16.	RECURSOS ELEITORAIS	355
16.1	Modelos	357
16.1.1	Recurso eleitoral. Indeferimento de registro de candidatura	357

16.1.2	Recurso eleitoral. Impugnação de registro de candidatura	360
16.1.3	Embargos de declaração	362
16.1.4	Recurso eleitoral. Representação. Propaganda eleitoral ...	363
16.1.5	Recurso eleitoral. Representação. Conduta vedada	365
16.1.6	Recurso eleitoral. AIJE	367
16.1.7	Agravo de instrumento. AIJE	369
16.1.8	Recurso eleitoral. AIME	371
16.1.9	Recurso especial eleitoral	374
16.1.10	Recurso extraordinário	376
16.1.11	Mandado de segurança	378
17.	CRIMES ELEITORAIS	381
17.1	Conceito de membros e funcionários da Justiça Eleitoral	385
17.2	Regra específica do grau mínimo da pena abstrata	385
17.3	Pena de multa	386
17.4	Regras gerais do CP aplicáveis aos crimes eleitorais	386
17.5	Crimes cometidos por meio da imprensa	387
17.6	Crimes eleitorais: transação penal e suspensão condicional do processo	387
17.6.1	Crimes eleitorais: panorama jurisprudencial	389
17.7	Denúnciação caluniosa eleitoral. Compartilhamento de fakes news nas eleições. Art. 326-A e § 3º, Código Eleitoral (Lei 13.834/2019)	391
17.8	Processo penal eleitoral	401
17.9	O sistema do Juiz das Garantias aplica-se ao processo penal eleitoral?	409
17.10.	Resolução n. 23.363/2011 – Tribunal Superior Eleitoral	410
17.11	Modelos	413
17.11.1	Peças criminais	413
17.11.1.1.	Instauração de investigação policial. Crime de destruição de propaganda eleitoral. Requerimento ao delegado de polícia	413
17.11.1.2	Defesa preliminar	414
17.11.1.3	Alegações finais. Crime do art. 309, Código Eleitoral (votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem)	415

18. DECISÕES ELEITORAIS	419
18.1 Prestação de contas. Candidato. Gastos sem recibos. Desaprovação	419
18.2 Criminal. Suborno a testemunha. Art. 343, Código Penal. Eleitoral. Competência da Justiça Federal. Declinação	421
18.3 Acesso à cópia de prestação de contas. Possibilidade	422
18.4 Duplicidade de filiação. Prevalência da mais recente. Cancelamento das demais	424
18.5 Mesários faltosos	425
18.6 Prestação de contas. Intempestividade. Conhecimento. Proporcionalidade. Aprovação	426
18.7 Prestação de contas. Candidato. Ausência de recibos. Desaprovação	429
18.8 Prestação de contas. Candidato desistente. Não abertura de conta. Aprovação. Razoabilidade	431
18.9 Prestação de contas. Partido. Desaprovação. Proporcionalidade na sanção	434
18.10 Propaganda eleitoral irregular. Poder de polícia. Notificação ...	436
18.11 AIME. Decisão saneadora	437
18.12 Captação indevida de recurso. Fonte vedada. AIME. Inépcia da inicial. Ausência de descrição quanto à gravidade dos fatos	440
18.13 Representação. Desrespeito ao limite de doação	445
18.14 Representação. Doação ilegal. Valores irrisórios	447
18.15 AIME. Candidaturas laranjas. Cotas de gênero	450
 19. QUADRO REFERENTE À LEGISLAÇÃO ELEITORAL ATUALIZADA	 457
19.1 QUADRO DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL REFERENTE AO ADIAMENTO DAS ELEIÇÕES/2020 EM RAZÃO DA COVID-19	458
 20. CONTEXTO DAS ELEIÇÕES/2020 E PANDEMIA PELA COVID-19. EMENDA CONSTITUCIONAL 107/2020	 459
20.1 A previsão das eleições municipais	460
20.2 A pandemia como fator de comprometimento das eleições	462
20.2.1 O risco de adiamento	462
20.2.2 A Emenda Constitucional 107/2020	462

20.3	Mudanças nas datas dos pleitos de primeiro e segundo turno ...	463
20.4	Data flexível das eleições	463
20.5	Calendário eleitoral específico de 2020	464
20.6	Prazos remanescentes da lei 9.504/97 e do Código Eleitoral	465
20.7	Disposições especiais do art. 1º, § 3º, EC 107/2020	466
20.7.1	Decisão de prestação de contas dos candidatos eleitos ...	466
20.7.2	Prazo especial para a representação relativa a conduta ilícita na arrecadação e gastos eleitorais	467
20.7.3	Convenções partidárias e distribuição de recursos do FEFC por videoconferência	467
20.7.4	Prazos extraordinários para desincompatibilização	468
20.7.5	Limitação dos atos de propaganda eleitoral	469
20.7.6	Gastos com publicidade institucional	469
20.8	Função normativa complementar da justiça eleitoral	472
20.9	Princípio da anualidade	473
20.10	Propaganda eleitoral	473
21.	COTAS RACIAIS ELEITORAIS	479
	BIBLIOGRAFIA	483